



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ANEXO I - ESTRUTURA FINANCEIRA

Sigla:	<b>TJPA</b>
Nome do Órgão:	<b>Tribunal de Justiça do Estado do Pará</b>
Autoridade Máxima:	<b>Desª Célia Regina de Lima Pinheiro</b>
Responsável pela Informação:	<b>Departamento Financeiro</b>
Mês de Referência (MM/AAAA):	<b>Outubro de 2022</b>
Data da Publicação:	<b>18/11/2022</b>

<b>Inciso I – Despesas com Pessoal e Encargos</b>		<b>Out</b>
Alínea	Discriminação das despesas	Valores (R\$ 1,00)
I-A	despesas com pessoal ativo	78.135.992,26
I-B	despesas com pessoal inativo e pensões*	750.943,43
I-C	encargos sociais incidentes sobre a remuneração de pessoal	16.148.951,85
I-D	despesas com sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios, requisições de pequeno valor e débitos judiciais periódicos vincendos) a servidores ou empregados, conforme ação orçamentária específica, apropriado pelo Critério de Competência <sup>(1)</sup>	-
	<b>TOTAL</b>	<b>95.035.887,54</b>

<b>Inciso II – Outras Despesas de Custeio</b>		<b>Out</b>
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
II-A	benefícios a servidores e empregados – auxílio-transporte	1.814.349,12
II-B	benefícios a servidores e empregados – auxílio-alimentação	10.028.424,19
II-C	benefícios a servidores e empregados – auxílio-creche	0,00
II-D	benefícios a servidores e empregados – assistência médica e odontológica	35.864,61
II-E	diárias pagas a servidores, empregados e colaboradores	684.098,87
II-F	Passagens e despesas com locomoção	184.701,26
II-G	Indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia	0,00
II-H	aluguel de imóveis	171.215,27
II-I	Serviços de água e esgoto	78.017,15
II-J	Serviços de energia elétrica	921.475,88
II-K	Serviços de telecomunicações	120.105,73
II-L	Serviços de comunicação em geral	237.224,47
II-M	serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados, serviços de tecnologia da informação, serviços técnico-profissionais de tecnologia da informação, aquisição de software sob encomenda, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados, e comunicação de dados	387.443,80
II-N	serviços de limpeza e conservação	2.407.173,98
II-O	serviços de vigilância armada e desarmada	378.707,34
II-P	Serviços de publicidade	69.500,52
II-Q	locação de mão de obra e postos de trabalho, ressalvado o apropriado nas alíneas “n”, e “o”	398.546,32
II-R	Serviços de seleção e treinamento	90.139,94
II-S	Aquisição de material de expediente	100.845,80
II-T	aquisição de material de processamento de dados e de software	70.674,29
II-U	aquisição de material bibliográfico	0,00
II-V	aquisição de combustíveis e lubrificantes	269.684,34
II-W	aquisição de gêneros alimentícios	64.626,16
II-X	aquisição de material de consumo, ressalvado o apropriado nas alíneas ‘s’ a ‘w’	157.585,67
II-Y	serviços médico e hospitalares, odontológicos e laboratoriais	0,00
II-Z	demais despesas de custeio	3.870.080,55
	<b>TOTAL</b>	<b>22.540.485,26</b>

<b>Inciso III – Despesas com Investimentos</b>		<b>Out</b>
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
III-A	Construção e reforma de imóveis	947.096,19
III-B	Aquisição de Material Permanente - Veículos	1.326,66
III-C	Aquisição de Material Permanente – Equipamentos de Informática	10.861.016,78
III-D	Aquisição de Material Permanente – Programas de Informática	0,00
III-E	Aquisição de Material Permanente – Demais itens	146.755,50
	<b>TOTAL</b>	<b>11.956.195,13</b>

<b>Inciso IV – Despesas com Inversões Financeiras **</b>		<b>Out</b>
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
IV-A	Aquisição de imóveis, ou bens de capital já em utilização.	
IV-B	Outras inversões	
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

<b>Inciso V – Repasses do Tesouro Nacional ou Estadual ou Sub-repasses recebidos, destinados ao pagamento de</b>		<b>Out</b>
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
V-A	Pessoal e Encargos <sup>(2)</sup>	105.361.495,00
V-B	Custeio <sup>(3)</sup>	13.728.072,57
V-C	Investimento	
V-D	Inversões Financeiras	
	<b>TOTAL</b>	<b>119.089.567,57</b>

<b>Inciso VI – Receitas</b>		<b>Out</b>
Alínea		Valores (R\$ 1,00)
VI-A	Recursos a título de Custas Judiciais	6.486.337,05
VI-B	Recursos a título de Taxas Judiciárias	3.476.909,55
VI-C	Recursos a título de Serviços extrajudiciários	7.909.429,79
VI-D	Demais recursos conforme Previsão em leis específicas <sup>(4)</sup>	11.940.600,29
	<b>TOTAL</b>	<b>29.813.276,68</b>

\* Fonte: SIAFEM e Demonstrativos do IGEPREV

\*\* Não Houve Pagamento

(1) - As despesas referidas não estão preenchidas dado que o único precatório existente em que figuram como credores servidores deste Tribunal, consta como órgão devedor o Estado do Pará, portanto a situação não se enquadra na hipótese aventada.

(2) - Repasse efetivado pelo Estado, conforme percentual da Receita do Tesouro definido na Lei de Diretriz Orçamentária de cada exercício e sua aplicação de acordo com a estrutura programática aprovada nas Leis Orçamentárias Anuais.

(3) - Repasse referente ao imposto de renda retido na fonte.

(4) - Receitas referentes à rendimentos sobre depósitos judiciais, rendimentos sobre aplicações, aluguéis, multas, exercícios anteriores e depósitos judiciais, conforme a Lei nº 6.750/05.

(5) - A execução Orçamentária e Financeira no SIAFEM/2022 iniciou a partir de 25/01/2022, haja vista que o SIAFEM/2022 foi liberado em 13/01/2022 e, ainda, necessitou de ajustes orçamentários em decorrência da integração do novo Sistema GRP-Thema.

(6) - Em que pese o SIAFEM/2022 ter sido liberado para execução orçamentária e financeira em 13/01/2022, foram necessários ajustes em decorrência da integração do novo sistema GRP-THEMA e SIAFEM. Desse modo, a execução da Despesa só foi possível a partir de 25/01/2022.

(7) - Em fevereiro/2022, foram repassados pela SEFA-PA R\$ 51.516.902,00 ref. ao excesso de arrecadação gerado pelo PROREFIS (Programa de regularização Fiscal) e R\$ 118.225.352,00 ref. ao repasse da Quóta Parte.

(8) - Em Junho houve devolução de recursos do Convênio nº 001/2018/TJPA-PM na fonte 101, no valor de R\$ 295.172,00 para ajuste de fonte (OB08348). Entretanto, o Repasse ref. a Quóta Parte de Junho foi no valor de R\$ 102.104.688,00.